

RECURSO ESPECIAL Nº 1.391.507 - CE (2012/0238367-3)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
RECORRENTE : COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL
ADVOGADO : CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO - PE019357
RECORRIDO : DALILA HOLANDA DE MORAIS ARAÚJO
ADVOGADO : ANTONIO EIMAR DE LIMA - CE009193

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado (fls. 96/97):

"EMENTA: Processual civil. Agravo de Instrumento. Decisão, em sede de impugnação ao cumprimento de sentença que, a unia, aplicou juros de 0,5% (meio por cento) ao mês até a vigência do novel CC e a partir daí, juros de 01% (um por cento) ao mês; a duas, ordenou o depósito da quantia remanescente de R\$ 1.508,86 (um mil, quinhentos e oito reais e oitenta e seis centavos) e, por último, determinou a aplicação de multa pecuniária diária na hipótese de descumprimento. Art. 406 do Código Civil. Juros moratórios. Taxa SELIC, Aplicação. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça, Obrigação de dar. Multa, Cominação. Possibilidade. Agravo conhecido e improvido. Decisão reformada 'ex officio'.

1. As partes não dissentem quanto ao valor da condenação de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), e quanto à data de incoação (14/01/1999) para a aplicação dos juros e da correção monetária.

2. O excesso acoimado, segundo o agravante, tem como causa a aplicação de juros de 01% (um por cento) no período em que o novo código civil passou a vigir

*3. O douto juízo, em seu despacho, utilizou-se, com relação ao período de janeiro de 1998 a dezembro de 2002, com base no art. 1062 do Código Civil de 1916, do percentual de 0,5% (meio por cento) ao mês. E a partir desta data (janeiro de 2003 a setembro de 2006), com esteio no art. 406 do novel código, já em vigência, o percentual de 01% (um por cento) ao mês, 4. Mas, o entendimento consolidado do **Superior Tribunal de Justiça** é o de que, a partir da vigência do Código Civil de 2002, aplica-se a taxa **SELIC** a título de juros moratórios previstos no art. 406,*

*5. Este mesmo entendimento foi revelado no julgamento das apelações cíveis nus 35044-05.2004.8.015.0000/0, 27030-66.2003.8.06.0000/0 e 618696-93.2000.8.06.0001/1, de Relatoria do eminente Des. **FERNANDO LUIZ MUNES. ROCHA.***

6. A matéria (aplicação dos juros moratórios) por ser de ordem

*pública, pode ser apreciada de ofício pelo julgador. **Precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ).***

*7. Sobre a possibilidade de aplicação da multa pecuniária diária, não vejo desacerto na decisão agravada, sobretudo, nesta hipótese, de obrigação de dar, cujo escopo maior é o de ser alcançada a satisfação imediata do direito do exequente, além de se pretender dar efetividade à decisão judicial agravada. **Precedente do STJ.***

8. Agravo conhecido e improvido no tocante ao pretendido reconhecimento de excesso de execução e à fixação da multa pecuniária diária. Reforma, 'ex da decisão agravada, para incluir nos cálculos do cumprimento da sentença, a partir da vigência do novo Código Civil, os juros moratórios com base na taxa SELIC."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (acórdão de fls. 130/138).

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 461, § 4º, e 475-L, ambos do CPC/73 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que (a) somente é fixar multa diária para o cumprimento de obrigação de fazer e não fazer, sendo descabida para as obrigações de pagar; (b) não é permitida a cumulação da Taxa Selic com juros moratórios, sob pena de *bis in idem*; (c) os juros moratórios deveriam incidir conforme previsão do CC de 1916 (6% ao ano), momento em que ocorreu o sinistro, sendo descabida a incidência do CC/2002.

É o relatório. Passo a decidir.

No apelo nobre que pretende trânsito, sustenta o recorrente violação do art. 461 do CC/1973, ao argumento de que a multa diária somente é cabível para as obrigações de fazer ou não fazer, hipótese distinta do presente caso em que a obrigação seria de pagar. O recurso, contudo, não merece prosperar. Isso porque a multa diária fora fixada após a alteração trazida pela Lei n. 10.444/02, momento em que incluiu a obrigação de dar entre as hipóteses que ensejam a fixação de multa diária. Essa conclusão é corroborada pelo aresto a seguir:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA (CPC, ART. 485, V). OBRIGAÇÃO DE FAZER (CPC, ART. 461). INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DE ASTREINTES (CPC, ART. 461, §4º). DESCABIMENTO. SANÇÃO IMPOSTA ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI N. 10.444/2002. EXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR. ACÓRDÃO RESCINDENDO QUE VIOLA O ART. 461 DO CPC. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO RESCISÓRIA. EXCLUSÃO DA

MULTA DIÁRIA. RECURSO PROVIDO.

1. A obrigação em discussão na presente ação rescisória (CPC, art. 485, V) não é de fazer (CPC, art. 461), mas, obrigação de dar, pois foi a promovente condenada a dar ou entregar a quantia correspondente ao pagamento do custo de tratamento médico a que fora submetido o promovido.

2. Esta eg. Corte firmou entendimento de que, antes do advento da Lei 10.444/2002, que modificou dispositivos da Lei Processual Civil, somente era possível a cominação de astreintes para as hipóteses de descumprimento de obrigação de fazer e de não fazer, nos termos do art. 461 do CPC, não se admitindo a fixação de multa diária em caso de descumprimento de obrigação de dar.

3. No caso em liça, o v. acórdão rescindendo impôs a ora recorrente pagar o tratamento de saúde do ora recorrido, sob pena de multa diária, com arrimo no art. 461 do CPC, em data anterior à vigência da Lei n. 10.444/2002. Assim, patente a violação a essa norma, reconhecendo-se a procedência da ação rescisória (art. 485, V, do CPC).

4. Recurso especial provido para julgar procedente a ação rescisória.

(REsp 1193762/PE, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2014, DJe 15/05/2015)

Outrossim, melhor sorte não socorre ao recurso no que diz respeito ao art. 475-L do CPC/73. Sob a alegada infringência, afirma-se que o contrato de seguro fora firmado em data anterior ao Código Civil de 2002, bem como que o sinistro ocorrera ainda na vigência do Código Civil de 1916, razão pela qual deveriam incidir os juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês até o efetivo pagamento, nos moldes do art. 1.062 do CC/16. O recurso, contudo, não merece prosperar. Isso porque "(...) *em princípio, os juros devem sujeitar-se à regra do art. 1.062 do referido diploma. Porém, com o advento do CC/2002, aquele dispositivo de lei deixou de existir, passando a matéria a ser disciplinada pelo art. 406 da novel codificação*" (AgInt no AREsp 932.488/SP, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/09/2018, DJe 27/09/2018).

Ainda nessa linha de inteligência, o aresto a seguir:

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INTIMAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. CONTRADIÇÕES E OMISSÕES INEXISTENTES. COISA JULGADA RESPEITADA. JUROS DE MORA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. A violação do art. 535 do CPC/1973 não está configurada, tendo em vista que inexistem contradições e omissões que devam ser

sanadas nos julgados proferidos na instância ordinária, sendo compatíveis e coerentes os fundamentos adotados e os respectivos dispositivos.

2. Art. 467 do CPC/1973 não afrontado no caso concreto. Conforme suficientemente demonstrado na decisão agravada, ficou decidido, na fase de conhecimento, exatamente que deveriam ser realizados cálculos ou laudo pericial acerca dos reflexos incidentes sobre as prestações posteriores, em favor dos autores, e apuradas as importâncias recolhidas no devido tempo, bem como a existência de eventuais diferenças que ainda devam ser pagas. Tal orientação, por sua vez, foi corretamente seguida nos julgados ora recorridos.

3. A atual jurisprudência desta Corte está sedimentada no sentido de que os juros de mora são calculados à base de 0,5% ao mês, nos termos do disposto no art. 1.062 do CC/1916 até a entrada em vigor do novel Código Civil (Lei n. 10.406/2002). A partir daí, os juros moratórios devem observar o art. 406 do CC/2002.

4. Agravo regimental desprovido".

(AgRg no REsp 1054117/RJ, Rel. Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 07/04/2016, DJe 14/04/2016)

Noutro giro, o recurso merece prosperar quanto ao argumento de não ser cabível cumular a Taxa Selic com juros moratórios - art. 475-L do CPC/73. De fato, a orientação deste Sodalício é no sentido de que referida cumulação gera *bis in idem*, uma vez que a Taxa Selic engloba correção monetária e juros moratórios. Ratificam essa conclusão os precedentes a seguir:

"DIREITO SOCIETÁRIO. RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA. HOLDING. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. JUROS DE MORA. TAXA SELIC. CUMULAÇÃO COM CORREÇÃO MONETÁRIA. DESCABIMENTO. SOBRESTAMENTO DO PROCESSO. INVIABILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. CRITÉRIO UTILIZADO PARA A APURAÇÃO DE HAVERES E MARCO INICIAL DO BALANÇO DE DETERMINAÇÃO. PRECLUSÃO. SÚMULA 83/STJ. SISTEMÁTICA DE CÁLCULOS ADOTADA PELA PERÍCIA. SÚMULA 7/STJ. ADEQUAÇÃO DE VALORES PROVISIONADOS. SÚMULA 284/STF. MARCO INICIAL DOS JUROS DE MORA.

SÚMULA 211/STJ. DISTRIBUIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. SÚMULA 7/STJ.

1- Ação distribuída em 26/11/1992. Liquidação de sentença deflagrada em 7/10/2010. Recursos especiais interpostos em

24/9/2014 e atribuídos à Relatora em 2/9/2016.

2- *Controvérsia que se cinge em examinar a adequação dos critérios fixados pelo Tribunal de origem para quantificação dos haveres devidos ao sócio retirante em razão da dissolução parcial de sociedade de responsabilidade limitada, bem como o marco inicial da fluência dos juros de mora e a distribuição dos honorários de sucumbência.*

3- *De acordo com o entendimento do STJ, a taxa dos juros moratórios a que se refere o art. 406 do CC/02 é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, que se revela insuscetível de cumulação com quaisquer índices de correção monetária, sob pena de bis in idem.*

(...)

14- *Recursos especiais não providos".*

(REsp 1537922/DF, Rel. Ministra **NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 30/03/2017)

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL EM AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE. POSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. CITAÇÃO. TAXA SELIC. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ.

1. *A comprovação da tempestividade do agravo em recurso especial em decorrência de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem pode ser feita posteriormente, em agravo regimental, desde que por meio de documento idôneo capaz de evidenciar a prorrogação do prazo do recurso cujo conhecimento pelo STJ é pretendido.*

2. *Afasta-se a alegada violação do art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, integrado pelo julgado proferido nos embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais.*

3. *No caso de responsabilidade contratual, os juros moratórios incidem a partir da data da citação.*

4. *"Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula n. 83/STJ).*

5. *Nas condenações posteriores à entrada em vigor do Código Civil de 2002, deve-se aplicar a taxa SELIC, que é composta de juros moratórios e de correção monetária.*

6. *Agravo regimental parcialmente provido."*

(AgRg no AREsp 776.698/SP, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/03/2016, DJe 08/03/2016)

"AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. DIREITO INTERTEMPORAL.

*1. Os juros de mora devem ser aplicados, a partir da citação.
2. As dívidas anteriores ao CC/2002 têm juros de mora de 0,5% ao mês (art. 1.062 CC/1916). Após a vigência do CC/2002 o índice é substituído pela taxa SELIC (art. 406 do CC/2002), que engloba correção monetária e juros e, portanto, não poderá com tais índices ser acumulada.*

3. Agravo regimental a que se nega provimento."

(AgRg nos EDcl no REsp 1025111/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 21/05/2013, DJe 28/05/2013)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial apenas para afastar os juros moratórios a partir da vigência do Código Civil de 2002, devendo-se incidir apenas a Taxa Selic.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator